



Ministério da Saúde  
Conselho Nacional dos Secretários de Saúde  
Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE – CIT  
PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DECISÕES DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2010  
18 DE MARÇO DE 2010

Decisões / Encaminhamentos	
<b>1. Homologações e Certificações</b>	
a) Termos de Compromisso de Gestão Municipal (relação anexa). DAGD/SE.	a) Homologados.
b) Pactuação das prioridades, objetivos, metas e indicadores para o biênio 2010/2011, esfera estadual, conforme portaria GM/MS nº 2669/2009. DAGD/SE/MS	b) Homologada.
<b>2. Discussões e Pactuações</b>	
a) Minuta de Portaria que estabelece repasse de incentivo financeiro para 54 municípios para implantação da Política Nacional de Saúde do Homem. DAPES/SAS/MS.	a) Pactuada.  CONASS manifestou preocupação com entendimento que a população vem tendo a partir do conteúdo veiculado nas peças publicitárias, principalmente quanto ao atendimento diferenciado e implantação de Centros de Referência. Ressaltou que a Política de Saúde do Homem contempla e dá visibilidade a ações que já vinham sendo executadas pelas equipes de saúde, e os recursos dessa portaria são destinados apenas à capacitação de equipes.  CONASEMS enfatizou a que a Política do Homem se restringe hoje à prevenção do câncer de próstata e que há dificuldade dos municípios em realizar os procedimentos, em virtude da necessidade de complementação de tabela SIA-SIH/SUS.  Nesse momento da reunião, CONASEMS questionou (i) os critérios estabelecidos para a definição das unidades hospitalares que serão contempladas com equipamentos destinados ao enfrentamento da segunda onda pandêmica da Gripe H1N1; (ii) a não participação dos municípios na definição da lista

	<p>encaminhada para o Ministério da Saúde com a relação dessas unidades, ressaltando que vários hospitais que serviram de retaguarda na primeira pandemia, não foram contemplados nessa relação.</p> <p>MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS / SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE lembrou informações apresentadas na reunião da CIT/dezembro de 2009, acerca dos critérios utilizados pelo MS na definição do quantitativo de equipamentos que seriam necessários para a estruturação da rede de saúde, no atendimento à segunda onda pandêmica da gripe H1N1. Ressaltou acordo feito à época de que CONASS e CONASEMS mobilizariam as Secretarias Estaduais de Saúde - SES e Cosems para que estes, em comum acordo, enviassem ao MS a lista das unidades de saúde a serem credenciadas em 2010 para receberem os equipamentos, pois tais Conselhos enfatizaram que não seria possível pactuar nas CIBs, tendo em vista a impossibilidade de se fazer reuniões extraordinárias nos meses de dezembro e janeiro. Colocou a possibilidade de expansão do quantitativo de equipamentos em 25%, de modo a viabilizar a inclusão de novas unidades, ressaltando que fosse evitada a pulverização dos equipamentos.</p> <p>CONASS: as respostas encaminhadas pelas SES tiveram por base a relação de unidades de saúde identificadas como referência para o atendimento da primeira pandemia da gripe H1N1.</p> <p>Encaminhamento: prazo de 15 (quinze) dias para revisão das listas enviadas, contemplando o acréscimo de 25% no quantitativo de equipamentos. A nova lista deve ser feita em consenso entre SES e Cosems.</p>
<p>b) Minuta de Portaria que define critérios para regulamentar a incorporação de Agente de Combate de Endemias na Atenção Primária de Saúde. SVS/SAS/MS.</p>	<p>b) Pactuada.</p>
<p>c) Minuta de Portaria que institui a Farmácia Viva no âmbito do Sistema único de Saúde. DAF/SCTIE/MS.</p>	<p>c) Pactuada.</p>
<p>d) <b>Recurso Administrativo, com pedido de efeito suspensivo, do município de Porto Franco – MA, referente à decisão da CIB – MA nº 55, de 17/08/2009, de mudança do limite financeiro de média e alta complexidade. DAGD/SE/MS.</b></p>	<p><b>d) Decisão tripartite de acatar a conclusão do parecer elaborado pelo Departamento de Regulação, Avaliação e Controle/SAS, qual seja: “... o realinhamento de recursos ocorrido no Estado do Maranhão foi legítimo por ter sido pactuado no âmbito da CIB. Porém, deve ser absorvido em caráter estritamente provisório, mediante início imediato de novo processo de Programação Pactuada e Integrada, conforme diretrizes estabelecidas no Pacto pela Saúde”.</b></p> <p>Assim, a CIT manteve a decisão da CIB do Maranhão, indeferindo o recurso apresentado pelo Município de Porto Franco, recomendando ao Estado que inicie um novo processo de Programação Pactuada e Integrada, conforme diretrizes estabelecidas no Pacto pela Saúde, reiterando-se pelo CONASEMS que seja estabelecido um processo que viabilize a recomendação</p>

	<b>do DRAC de se processar a PPI no estado.</b>
<b>3. Apresentações e Discussões</b>	
a) Avaliação e Proposições acerca da Política Nacional de Procedimentos cirúrgicos e Eletivos.	<p>Serão remetidas à avaliação do Grupo de Trabalho de Atenção à Saúde, da Câmara Técnica da CIT, as seguintes propostas relativas à Política Nacional de Procedimentos Cirúrgicos e Eletivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. encerrar os projetos de 2008 que, pela Portaria GM/MS nº 2.843, de 18/11/2009, foram prorrogados até a competência maio/2010, com disponibilização de recursos financeiros da ordem de R\$ 40 milhões;</li> <li>II. dotação de R\$ 200 milhões para 2010, sendo R\$ 150.000.000,00 para os procedimentos eletivos (FAEC) e R\$ 50.000.000,00 no Teto Fixo – MAC (Anexo 1);</li> <li>III. destinação de R\$ 150 milhões para 2011 sendo R\$ 100.000.000,00 para os procedimentos eletivos (FAEC) e R\$ 50.000.000,00 no Teto Fixo – MAC (Anexo 2) ou dotação de 150 milhões em 2010 e 200 milhões em 2011, em virtude da dificuldade de execução em 2010;</li> <li>IV. adoção do rol de 23 procedimentos (Anexo 3);</li> <li>V. manutenção do ressarcimento por produção, registrada em AIH e APAC com séries numéricas específicas, em 2010 e 2011; e</li> <li>VI. dispensação da apresentação de projetos, desburocratizando-se o processo de adesão, com o encaminhamento de programações estaduais acordadas nas respectivas Comissões Intergestores Bipartite (CIBs).</li> </ol>
b) Sistema de Apoio ao Relatório Anual de Gestão – SARGSUS. SGEP/MS.	<p>CONASS e CONASEMS: ressaltaram a utilidade da ferramenta para auxílio aos gestores na elaboração do Relatório Anual de Gestão.</p> <p>CONASS: enfatizou a necessidade de que o trabalho de cooperação técnica realizado pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP, junto aos estados, seja feito em conjunto e de forma harmonizada com o PlanejaSUS.</p> <p>MS / SGEP informou que estão ocorrendo ações conjuntas com a equipe do PlanejaSUS.</p>
<b>4. Informes (anexos)</b>	
Situação atual do Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS. SGTES/MS.	
Comitê Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador do Sistema Único da Saúde. SGTES/MS.	

Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde – PET – SAÚDE. SGTES/MS.

Expo – Trabalho e Educação na Saúde. SGTES/MS.

Comissão Intergestores Bipartite do Piauí – CIB/PI informou alteração de 9 para 11 Colegiados de Gestão Regional no Estado do Piauí conforme OF.GAB/DUP/SESAPI nº 205/09, de 14 de dezembro de 2009, e Resolução CIB/PI nº 095/2009, de 04 de dezembro de 2009. DAGD/SE/MS.

Comissão Intergestores Bipartite do Acre – CIB/AC informou a constituição de 03 CGR no estado do Acre, conforme OF. Nº 202/2009 de 29 de dezembro de 2009, e Resolução CIB/AC nº 88/2009, de 17 de dezembro de 2009. DAGD/SE/MS.

IV Conferência Nacional de Saúde Mental. CNS e SAS/MS.